

## ENTRE A VERDADE E A VAIDADE: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A COMUNICAÇÃO NA SAÍDA DO EX-MINISTRO SILVIO ALMEIDA

CAROLINA PEREIRA SOARES<sup>1</sup>; LARA NASI<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – carolinapsoares10@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – nasi.lara@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A Comunicação Pública, muitas vezes associada à Comunicação Governamental, é o processo pelo qual o Estado e o governo se comunicam com os cidadãos. Seu objetivo é estabelecer um fluxo de informações que atenda às necessidades da cidadania (BRANDÃO, 2006). Para Jorge Duarte, "a comunicação na área pública deve necessariamente ser voltada para o cidadão, e não para autoridades, governo, partido ou estruturas" (2021, p. 21). Na esteira dessas contribuições para o pensamento sobre comunicação pública, é importante entender que o papel dos órgãos governamentais hoje também deve levar em conta a visibilidade que tende a buscar e como os assuntos tratados tendem a refletir em decisões dentro de comunidades.

Na noite do dia 5 de setembro de 2024, o jornalista Guilherme Amado, do jornal Metrôpoles<sup>1</sup> divulgou que a organização civil Me Too Brasil<sup>2</sup>, dedicada ao acolhimento de vítimas de violência, recebeu denúncias de assédio sexual supostamente cometidos pelo ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida<sup>3</sup>. A crise gerada pelas denúncias de assédio sexual contra o ministro, não só impactou a trajetória pessoal e familiar do acusado e das vítimas, mas também adquiriu uma dimensão institucional. O Ministério dos Direitos Humanos mantém uma relação direta com organizações da sociedade civil, especialmente no que diz respeito a denúncias e políticas públicas de enfrentamento a violações de direitos humanos, particularmente aquelas que afetam minorias, como as mulheres. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar as publicações feitas nas mídias do Ministério a partir do caso, buscando compreender como o assunto foi abordado nas redes oficiais do órgão.

Esta análise considerará elementos da conta oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no Instagram e Facebook e no site do Ministério, publicados no dia 05 de setembro de 2024, com os títulos "Nota à imprensa do ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida" e "Nota de esclarecimento sobre tentativa de interferência da Me Too na nova licitação do Disque 100", ambas publicadas tanto no site do ministério quanto nas contas do Instagram e Facebook. Além disso, a análise também considera que a publicação da notícia "Pedido de investigação de denúncia é enviado à Presidência, PGR e TCU" está publicada apenas no site do Ministério e compartilhada na conta do Facebook. Também é analisado o conteúdo de

---

<sup>1</sup><https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ministro-dos-direitos-humanos-silvio-almeida-e-acusado-de-assediar-mulheres-entre-elas-a-ministra-da-igualdade-racial-anielle-franco>

<sup>2</sup> Organização sem fins lucrativos do Brasil que dá suporte para pessoas de todas as idades, mulheres e homens, vítimas de violência sexual.

<sup>3</sup> Silvio Luiz de Almeida, advogado, filósofo e professor universitário brasileiro. Exerceu o cargo de ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, sendo demitido em 6 de setembro de 2024.

publicação feita na conta pessoal do ex-ministro Silvio Almeida no Instagram, publicada no dia 06 de setembro de 2024, com o título “Nota à imprensa”.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo baseia-se em duas abordagens principais: análise de conteúdo qualitativa e a teoria da opinião pública. Segundo Maria Laura Franco (2005), o interesse da abordagem de análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Através da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977), é possível identificar como esse tema foi abordado e a linguagem utilizada para transmiti-lo. Isso permite uma compreensão mais abrangente das estratégias editoriais adotadas pela comunicação do Ministério e do ex-ministro, destacando nuances que podem influenciar significativamente a interpretação dos eventos por parte do público.

Além disso, a teoria da opinião pública de Lippmann (2009) permite a compreensão como as informações fornecidas pela mídia desempenham um papel fundamental na construção das opiniões. Ao combinar a análise de conteúdo de Bardin com a teoria da opinião pública de Lippmann, este trabalho busca elucidar sobre a complexa interação entre a mídia e a formação de opinião pública em relação a eventos contemporâneos. Ademais, a organização da análise é temática, com a identificação de temas como unidade de registro, a partir da leitura dos textos e criação de categorias que emergem do conteúdo (definidas a posteriori).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da metodologia de análise de conteúdo, foram construídas sete categorias, baseada na frequência de surgimento nos materiais analisados e no agrupamento temático conforme afinidade. As categorias estão descritas na tabela abaixo, com os termos de inclusão identificados, bem como a frequência de ocorrência no conjunto dos materiais analisados.

Categorias	Frequência
<b>1. Episódios de assédio são desacreditados e denúncias caracterizadas como mentira</b> “supostos episódios”; “supostas denúncias”, negação dos fatos, haverá investigação para provar a verdade, denúncias repudiadas, denúncias caracterizadas como mentira, denúncias sem par com a realidade, acusações caracterizadas como falsas e caluniosas, denúncias como distorção da realidade, apuração revelará “verdade”	11
<b>2. Ataque à conduta da organização que denuncia o assédio</b> Ataque à conduta da ONG em relação ao Ministério, conduta da ONG inapropriada, conflito de interesses, sugestão de superfaturamento em tentativa de contrato com ministério, insistência na interferência, sugestão de que denúncia anônima anterior contra servidor fora feita pela ONG, <i>modus</i>	7

<i>operandi</i> pautado em denúncias anônimas, denúncias infundadas e sem materialidade	
<b>3. Exagero e generalização em falas</b> Hiperbolização de ideias como: “Com isso perde o Brasil, perde a pauta dos direitos humanos, perde a igualdade racial e perde o povo brasileiro”, “doi na alma” ou “diminuir as nossas existências”	7
<b>4. Denúncias caracterizadas como ataque à comunidade negra</b> Tentativa de apagar “nossas lutas”, tentativa de diminuir “nossas existências”, tentativa de silenciar a voz do povo brasileiro	3
<b>5. Denúncias caracterizadas como ataque pessoal e tentativa de prejudicar pessoalmente ao ministro</b> Campanha para afetar imagem como homem negro, tentativa de apagar história e sacrificar ministro	2
<b>6. Amor a outras mulheres como defesa</b> Pela esposa e amada filha, luta pela verdadeira emancipação da mulher	2
<b>7. Ministro como verdadeiro representante do povo</b> Querem tirar do povo aquele que o representa, população merece apuração isenta para garantir justiça e integridade das pessoas envolvidas	2

Na **primeira categoria**, a linguagem usada pelo ministro tenta minar a credibilidade das denúncias. Usar termos como “supostos episódios” e “supostas denúncias” sugere que os eventos não são confirmados. A insistência na investigação para revelar a “verdade” reforça a ideia de que as denúncias são potencialmente falsas, criando uma narrativa de que podem ser mentiras ou distorções.

Já na **segunda**, os termos emitidos nas publicações transmitem a ideia de que o ministro busca deslegitimar a ONG e criar uma imagem de conflito e interesses duvidosos. Isso coloca a ONG em uma posição negativa, influenciando a percepção pública de sua credibilidade e intenções.

A **terceira categoria** dá a ver generalizações, como “perde o Brasil”, que amplificam as consequências das denúncias, transparecendo que há uma perda nacional e não apenas um problema isolado. Na **quarta categoria** a linguagem é usada para transformar as denúncias em uma questão racial. Frases como “tentativa de apagar nossas lutas” e “silenciar a voz do povo brasileiro” transformam uma acusação específica em um ataque mais amplo contra uma comunidade inteira, evocando solidariedade e apoio.

Na **quinta categoria**, ao enquadrar as denúncias como uma tentativa de afetar sua imagem como homem negro e sacrificar sua história pessoal, o ministro personaliza as acusações, tornando-as uma questão de injustiça pessoal e histórica, e não apenas administrativa. A personalização de questões públicas é uma estratégia comum para moldar a opinião pública, segundo Lippmann (2009). Ao tornar as denúncias um ataque pessoal, o ministro humaniza o problema e apela à empatia do público, desviando a atenção das acusações reais.

Ao mencionar sua esposa e filha nas notas, na **sexta categoria** ele expressa o sentimento de responsabilidade e respeito pelas mulheres. A utilização de símbolos familiares e emocionais (esposa e filha) reforça estereótipos de integridade e moralidade. Com isso busca tensionar a percepção pública ao associar a figura do ministro a valores positivos, desviando a atenção das denúncias. Por fim, na **sétima categoria**, apresentar-se como o representante do povo reforça a legitimidade de sua posição e cria uma narrativa de que as acusações são uma tentativa de privar a população de um verdadeiro líder. Segundo Lippmann (2009), os líderes frequentemente se apresentam como símbolos de unidade e representatividade para influenciar a opinião pública. Ao se posicionar como representante do povo, o ministro utiliza esse símbolo de unidade para fortalecer sua imagem e desviar as críticas.

#### 4. CONCLUSÕES

A análise das notas de imprensa emitidas pelo ex-ministro dos Direitos Humanos e da cidadania, Silvio Almeida, em setembro de 2024, revela um padrão preocupante na comunicação pública, que combina um tom de pessoalidade com tentativas de deslegitimar as denúncias feitas contra ele e seu ministério. Ao mesmo tempo, ataca a organização que o denuncia, na tentativa de desqualificá-la e, com isso, deslegitimar a própria denúncia. Em resumo, esse tom na comunicação do ex-ministro feita nas mídias oficiais do governo contém, além do ataque à ONG, elementos de uma comunicação pessoal e de autodefesa, e portanto, não deveriam ter sido objeto de comunicação oficial do Ministério. O presidente Lula chegou a criticar o uso da estrutura do ministério para a defesa feita pelo ministro<sup>4</sup>, ainda antes de sua demissão. É fundamental que figuras públicas e espaços de comunicação das organizações adotem uma postura de transparência e respeito aos cidadãos e cidadãs, pautados no diálogo, o que tem potencial para fortalecer a confiança pública nas instituições e no processo de apuração de irregularidades.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, E. P. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. In: **XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Brasília, 2006. **Anais...** Brasília: Intercom - UnB, 2006

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DUARTE, J. Apresentação. In: DUARTE, J. (org). Comunicação pública na prática: depoimentos. São Paulo: Aberje; ABCPública, 2021. p. 13 - 15

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

LIPPMANN, W.. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

---

<sup>4</sup><https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/09/lula-criticou-silvio-almeida-por-usar-ministerio-para-se-defender-de-acusacao-de-assedio.shtml>